

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS 2024

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	03
2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	06
2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO	06
2.2. DECLARAÇÃO DE RECURSOS	09
2.3. ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS ESG	10
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA	15
3.1. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	15
3.2. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO	17
3.3. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	26
3.4. INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA	28
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	30

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme estabelecido pela Portaria SEST/MGI nº 9.734, de 26 de dezembro de 2024, e em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos apresenta o presente documento, que reflete as ações realizadas no exercício social de 2024, alinhadas aos princípios de governança corporativa e às políticas públicas que norteiam sua atuação.

Dados cadastrais	CNPJ: 44.837.524/0001-07	NIRE 35300008448
	Sede: Santos/SP	Tipo de estatal: Empresa Pública
	Acionista controlador: União	Estrutura de capital: Capital fechado
	Administração da infraestrutura portuária	
Diretor de Administração e Finanças	Julio César Alves de Oliveira Telefone: 13 3202-6565 E-mail: julio.oliveira@portodesantos.gov.br	
Auditores Independentes atuais da empresa	Russell Bedford Telefone: (11) 3313-3509; (11) 4007-1219. E-mails: saopaulo@russellbedford.com.br. Sítio eletrônico: https://russellbedford.com.br/# .	
Conselheiros de Administração da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos Henrique Martins de Lima; • Cassandra Maroni Nunes; • Fabio Lavor Teixeira; • Sidney Antonio Verde; • Thiago Benito Robles; e • Vitor Camargo de Rosis 	

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A **Autoridade Portuária de Santos (APS)** desempenha um papel central na dinâmica do comércio exterior brasileiro. Constituída como empresa pública de capital fechado e vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, a APS é responsável por assegurar o fluxo eficiente de quase um terço da corrente comercial brasileira, posicionando o Porto de Santos como o maior da América Latina.

A Companhia rege-se por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815/2013, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto nº 8.033/2013, pelo Decreto nº 8.945/2016, e por outras legislações pertinentes, tendo como missão exercer as funções de autoridade portuária no Porto Organizado de Santos. Além disso, por meio do Convênio de Descentralização nº 002.2024 de 12 de dezembro de 2024 a APS passou a administrar o Porto Organizado de Itajaí.

Conforme o artigo 2º do Decreto nº 85.309, de 30 de outubro de 1980, a Companhia é responsável pela operação e exploração do Porto de Santos, alinhando-se aos objetivos, políticas públicas e programas governamentais destinados ao desenvolvimento do setor portuário. Entre esses, destacam-se o Plano Nacional de Logística Portuária, o Planejamento Estratégico do Ministério Supervisor, o Plano Mestre do Porto de Santos e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

A existência da Autoridade Portuária de Santos fundamenta-se no interesse coletivo de manter um porto de referência global, essencial para a dinâmica econômica do Brasil. Sua atuação estratégica não se limita à movimentação de cargas, mas também garante a segurança da cadeia logística nacional, conectando o país de forma eficaz ao mercado internacional.

A APS realiza suas atividades visando atender as políticas públicas do setor portuário e em consonância com seu objeto social, buscando aprimorar continuamente a administração do Porto Organizado, em observância às diretrizes da Lei nº 12.815/2013 e do Decreto nº 8.033/2013:



PROVER INFRAESTRUTURA

- realizar obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade; e
- promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.



ORGANIZAR ATIVIDADE PORTUÁRIA

- autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente; e
- estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Poder Concedente, e as jornadas de trabalho no cais de uso público.



PROMOVER A FISCALIZAÇÃO

- fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- reportar infrações e representar perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“Antaq”), visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos; e
- fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da Companhia.



REALIZAR O PLANEJAMENTO E A EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES PORTUÁRIA

- elaborar, revisar e submeter à aprovação do Poder Concedente, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
- explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetadas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério do Poder Concedente;
- elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pelo Poder Concedente, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013; e
- arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.



OUTRAS FUNÇÕES

- decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos;
- zelar pela segurança das operações portuárias;
- comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor portuário, mediante manifestação favorável do Poder Concedente; e
- coordenar as funções de combate a emergências ambientais e de segurança do trabalho

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO

O Governo Federal utiliza três ferramentas de planejamento portuário para definir a ocupação das áreas portuárias da Porto de Santos, inclusive aquelas delimitadas pela Poligonal do Porto de Santos: o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), o Plano Mestre do Complexo Portuário e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).




Em conformidade com a Lei das Estatais (Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016), a APS atualiza sua estratégia de longo prazo e define o Plano de Negócios para o ano seguinte.

TIPO	POLÍTICAS PÚBLICAS		PLANEJAMENTO PORTUÁRIO		
	PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA (PNL)	PLANO MESTRE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO (PDZ)	PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	PLANO DE NEGÓCIOS
Elaboração	MTPAC/Minfra/MPor		Autoridade Portuária		
Abrangência	Sistema portuário nacional	Complexo Portuário	Complexo Portuário		Institucional
Objetivos	Expansão e adequação da capacidade portuária nacional	Definição de GAPS de capacidade	Compatibilização das demandas estaduais e municipais	Organização administrativa que suporte a expansão	Apresentar informações relevantes como resultados e projeções econômico-financeiras
Produtos	Vocações dos diversos clusters portuários	Projeções de demanda e alternativas de expansão (criação de cenários)	Poligonal, zoneamento e portfólio de investimentos do porto	Metas de gestão e iniciativas estratégicas	Potencial de maximização de lucratividade e atração de novos investimentos
Regulamentação	Resolução nº 45, de 2 de julho de 2018	Portaria SEP/PR nº 03/2014	Portaria SEP/PR nº 03/2014	Lei 13.303/16	Lei 13.303/16

O conteúdo elaborado desse planejamento estratégico e o acompanhamento da sua execução são apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ideologia empresarial

Em conformidade com os instrumentos de Políticas Públicas que regem as atividades da Companhia e alinhada ao seu objeto social, a APS adota a seguinte ideologia empresarial:

 MISSÃO	Desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços de infraestrutura eficientes aos seus clientes e usuários, bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento sustentável.
 VISÃO	Ser a Autoridade Portuária modelo em sustentabilidade, integração porto-cidades, eficiência, agilidade, competitividade e integridade, de forma a tornar o Porto de Santos o maior porto da América Latina.
 VALORES	<ul style="list-style-type: none"> • agilidade e eficiência; • compromisso com o resultado; • ética; • inovação; • trabalho em equipe; • valorização das pessoas.

Para o cumprimento da ideologia empresarial, nosso Planejamento Estratégico ciclo 2023-2027 foi desenvolvido com base em cinco eixos estratégicos e 16 temas apresentados a seguir:

 EXPANSÃO PORTUÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • P&D • Novos leilões • Nova poligonal
 EFICIÊNCIA E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura e utilidades • Transformação digital • Gente • Governança e Integridade • Segurança das operações • Logística e operações
 SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção de recursos naturais • Mudanças climáticas (ODS 13) • Gestão ambiental
 INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio histórico-cultural • Mobilidade urbana
 INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Hub de inovação • Universidade corporativa (APS/CENEP)

O Porto de Santos é um porto multipropósito, proporcionando soluções para a movimentação de diversos tipos de carga. Possui uma integração estratégica com várias cadeias produtivas, especialmente nas áreas de exportação e importação de mercadorias, exercendo um impacto significativo na economia nacional e na dinâmica regional.

Atividades desenvolvidas no exercício de 2024

O Porto de Santos, em 2024, foi responsável pela movimentação de 29% do total da corrente comercial com o exterior, ou seja, foi responsável pela movimentação de mercadorias no valor de US\$ 174,4 bilhões.

Em volume de mercadorias, o Porto de Santos movimentou 179,8 milhões de toneladas, recorde histórico de movimentação anual, com forte participação na movimentação de carga containerizada com aumento de 14,7% em relação a 2023 alcançando a marca recorde de 5,5 milhões de TEU e 60 milhões de toneladas em cargas. No ano ocorreram 5.556 atracções, patamar 1,9% superior ao registrado em 2023 (5.452).

O desempenho financeiro também foi muito positivo, com um lucro líquido recorde de R\$ 844,6 milhões, um aumento de 29,8% em relação ao ano anterior. A receita bruta atingiu R\$ 1,86 bilhão e o EBITDA foi de R\$ 1,06 bilhão, com uma margem de 64,2%.

Em 2024, a Companhia realizou uma importante etapa para o aprofundamento do canal de navegação para 16 metros, com a abertura de licitação para o derrocamento das rochas no canal de navegação, com estudos para atingir 17 metros. Essa iniciativa atende a uma demanda antiga do mercado e permitirá a atracção de navios de maior porte.

Com relação aos acessos terrestres, a Companhia iniciou em 2024, os estudos para implantação da segunda etapa da Avenida Perimetral de Guarujá, obra incluída no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com investimentos em torno de R\$ 600 milhões. Esse projeto será vital para a expansão do Porto na margem esquerda e para a integração com o túnel Santos-Guarujá.

A instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é outra prioridade, que visa atrair novas indústrias e a geração de empregos qualificados.

O detalhamento das atividades desenvolvidas pela APS em 2024 está disponível no Relatório Integrado, publicado no site oficial do Porto de Santos.

Para 2025, em cumprimento as Políticas Públicas, a APS tem metas ambiciosas, incluindo o investimento federal de R\$ 12 bilhões na Baixada Santista para obras essenciais, como o túnel Santos-Guarujá, a ampliação das vias perimetrais, o aprofundamento do canal de navegação e a revitalização do Centro Histórico de Santos com o Parque Valongo. A Companhia também planeja a transferência do terminal de cruzeiros para o Parque Valongo e a modernização dos acessos ao porto, que somadas à viabilização, pelo Governo do Estado de São Paulo, da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes são essenciais para suportar o crescimento da movimentação de cargas.

O Governo Federal também prevê, para 2025, o lançamento do certame licitatório do terminal Tecon Santos 10.

Os compromissos da Companhia para 2025 estão alinhados ao seu planejamento estratégico. Para viabilizar sua execução, o Conselho de Administração estabelece metas de gestão do Honorário Variável Mensal (HVM) com base neste plano.

Além disso, na proposta do programa de Remuneração Variável Anual dos dirigentes de 2025, foram incorporados, na dimensão de políticas públicas, os seguintes indicadores: o Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP), o Índice de Utilização de Bolsas de Pesquisa Científica Aplicada ao Porto e o Índice de Cumprimento de Metas Ambientais e Sociais (IC-AS). De forma conjunta, esses indicadores têm como objetivo assegurar a implementação da estratégia corporativa, a obtenção de resultados pela Companhia e a efetiva execução das políticas públicas.

2.2. DECLARAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos para custeio das políticas públicas são originados pela geração de caixa operacional da Companhia, advindos de:

- (i) receitas tarifárias, arrecadadas em decorrência da movimentação de cargas;
- (ii) receitas patrimoniais, oriundas dos arrendamentos de área;
- (iii) receitas de outorgas com leilões de arrendamentos; e
- (iv) receitas de aplicações financeiras.

O limite do PDG de 2024 foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 11.814 de 05 de dezembro de 2023, e alterado pelas Portarias MGI nº 3.310 de 22 de maio de 2024 e nº 9.722 de 24 de dezembro de 2024, e tendo último ajuste no processo de Remanejamento (mudança entre rubricas sem alterações dos valores totais dos blocos orçamentários). No que tange ao investimento, o limite autorizativo foi aprovado com a publicação da Lei Orçamentária Anual nº 14.822 em 22 de janeiro de 2024.

TOTAL RECURSO DO TESOURO: R\$ 1.132



PROJETO COM RECURSO DO TESOURO

TOTAL RECURSO PRÓPRIO: R\$ 374.376



ATIVIDADE COM RECURSO PRÓPRIO



PROJETO COM RECURSO PRÓPRIO

AÇÃO	CÓDIGO	Execução Orçamentária por Ação de Investimento				DESCRIÇÃO
		Orçamentária e financeira				
		DOTAÇÃO INICIAL (R\$mil)	DOTAÇÃO FINAL (R\$mil)	EXECUTADO (R\$mil)	%	
Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística	26.784.3005.14 KM.0035	1.132	1.132	0	0	O projeto dos Painéis de Mensagens Variáveis não foi executado justificado pela não conclusão do certame licitatório devido a dois pedidos de impugnação, que após análise foram deferidos, ocasionando a paralisação da licitação, e conseqüentemente, o seu adiamento.
Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística	26.784.3005.14 KM.0035	417	417	0	0	O projeto dos Painéis de Mensagens Variáveis não foi executado justificado pela não conclusão do certame licitatório devido a dois pedidos de impugnação, que após análise foram deferidos, ocasionando a paralisação da licitação, e conseqüentemente, o seu adiamento.
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	26.122.0035.41 02.0035	4.648	4.648	866	18,63	O principal projeto, aquisição de mobiliário para o Centro de Inovação, sofreu revisão, e não houve execução para 2024.
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	26.126.0035.41 03.0035	77.475	77.475	8.822	11,39	O sistema Anti Drone, o maior projeto de contratação para 2024, está em análise de propostas, e não teve execução para 2024. Outro importante projeto, Gêmeo Digital, foi revisado e deverá ter execução apenas em 2029.
Reforço dos Bercos de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos	26.784.3005.12 NK.0035	74.589	74.589	27	0,04	Considerando a existência de obra anterior, cujo contrato foi rescindido, havia a expectativa de continuidade das ações com o mesmo licenciamento ambiental, o que não foi autorizado pelo IBAMA. Diante disso, foi iniciado novo processo para contratação de estudos ambientais (RLE 22/2024), culminando na assinatura do Contrato APS/112.2024 - TETRA TECH, em 07/08/2024.
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santos	26.784.3005.14 3Y.0035	35.639	35.639	7.434	20,86	Projetos como Aquisição de Embarcação Blindada, Linhas Férreas de Itatinga, Centro de Inovação e Aquisição de detectores de metais e scanners de bagagem sofreram revisão e não tiveram execução em 2024.
Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios	26.784.3005.14 KJ.0035	50.948	50.948	1.038	2,04	Em 02/07 contratada assessoria para apoio ao processo licitatório, com previsão de publicação do Edital até o fim do 1º TRI de 2025. Início das obras previsto para o 3º TRI/2025. Foi obtida a concessão da licença de implantação pela Marinha, e a dispensa de licenciamento ambiental junto à CETESB. Sendo finalizados os acordos necessários para utilização dos locais que receberão as estações radar.
Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	26.784.3005.14 RC.0035	4.649	4.649	0	0	Somente em 24/06/2024 foi emitido Parecer Técnico do IBAMA a respeito do licenciamento ambiental das obras, o que possibilitou a aprovação do Projeto Básico da Central de Resíduos pela Diretoria Executiva em 03/07/2024, assim como a autorização da continuidade dos trâmites necessários à execução das obras.
Ampliação de Acesso Rodoviário à Ilha Barnabé	26.784.3005.15 N8.0035	3.099	3.099	0	0	Projeto funcional em elaboração, com previsão de execução do Projeto Básico em 2025
Dragagem de Aprofundamento de Bercos no Porto de Santos	26.784.3005.15 X3.0035	14.910	14.910	13.618	91,34	Serviços objeto do contrato SPA/196.2023 concluídos em agosto, com última medição realizada em setembro/2024.
Implantação do Túnel Imerso Ligando Santos a Guarujá	26.784.3005.15 ZZ.0035	26.341	26.341	0	0	Revisão do escopo do contrato SPA/194.2023 com a Fundação Vanzolini emerge das exigências evolutivas do Projeto do Túnel Imerso entre Santos e Guarujá, em especial das competências atribuídas a APS.
Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Guarujá (SP)	26.784.3005.1C 66.0035	42.711	42.711	13.237	30,99	Em 25/09/2024 fora celebrado o Contrato APS/139.2024, objetivando a elaboração do Projeto Básico para a 2ª Fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda
Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)	26.784.3005.1C 67.0035	25.450	25.450	10.816	42,50	RLE 47/2024 (obras) anulado, com previsão de republicação em fevereiro/2025. Abertura das propostas do RLE 49/2024 (assessoria à Fiscalização) ocorrida em 02/09, em fase de análise de propostas.
Dragagem de Aprofundamento do Canal no Porto de Santos	26.784.3005.16 2Y.0035	2.500	2.500	1.073	42,94	Serviços contratados (SPA/195.2023 - UNICAMP e APS/007.2024 - USP/FCTH) em execução. Edital para contratação de derrocagem de afloramentos rochosos publicado em 07/10 (RLE 69/2024).
TOTAL DE RECURSOS		375.508	375.508	56.931	15,16	

Para 2025, a Lei Orçamentária Anual nº 15.121 de 10 de abril de 2025, autoriza investimentos da ordem de R\$ 259,1 milhões no Porto de Santos. No que tange às despesas correntes e de capital, o limite estabelecido pelo decreto nº 12.280 de 29 de novembro de 2024 referente ao Programa de Dispêndios Globais - PDG foi de R\$ 2,2 bilhões. Foi encaminhada, em fevereiro de 2025, a primeira proposta de reprogramação, no valor de R\$ 2,8 bilhões, já considerando os gastos com o advento da concessão da gestão do Porto de Itajaí, a ser analisado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais.

As informações referentes à execução orçamentária dos investimentos estão disponíveis para consulta no site oficial do Porto de Santos, no seguinte endereço:

<https://www.portodesantos.com.br/informacao/receitas-e-despesas-2/>

2.3. ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS ESG

Ciente do papel fundamental que desempenha, a APS nos últimos anos tem enviado esforços na implementação de ações alinhadas aos mais altos padrões de governança.

Em 2022 a Companhia fez a adesão ao Movimento Transparência 100%, do Pacto Global da ONU, em que a APS se comprometeu a avançar no ODS 16 para o combate de todas as formas de corrupção, com o atingimento das 05 metas propostas pelo Movimento até 2030.

Em 2023, em razão das iniciativas implementadas na Companhia para o atingimento das metas, a APS foi premiada, pelo Movimento, quanto às boas práticas relacionadas às metas 01, 02 e 05.

Iniciada em 2023, o Manifesto ESG apresenta-se como uma frente de trabalho ampla, formada por organizações que atuam no Porto de Santos, de natureza pública e privada, para fomentar práticas ambientais, de responsabilidade social e governança corporativa em nossa comunidade portuária.

O objetivo do Manifesto é unir esforços para engajar lideranças no sentido de difundir a mentalidade ESG, por meio do compartilhamento de práticas, informações e conhecimento.

A assinatura do Manifesto sinalizou o início de uma jornada voltada à implementação de práticas fundamentadas nos princípios ESG - (*Environmental, Social and Governance*), com o intuito de trazer comunicação, intercâmbio de experiências e promoção das ações coletivas alinhadas às diretrizes estabelecidas pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), visando ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o Porto de Santos. O propósito é não apenas aprimorar a competitividade das empresas, mas também colaborar com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente consciente.

O Manifesto ESG do Porto de Santos encerrou 2024 com 34 signatários e 05 apoiadores, tendo realizado alguns eventos que mobilizaram a comunidade portuária, dentre os quais destacamos: Webinar Práticas de Relato de Sustentabilidade, Seminário ESG, Acessibilidade e Neurodiversidade, Workshop Imersão ESG, ESG Challenge e o I Prêmio ESG - Porto de Santos.



Anualmente, a APS também promove a Jornada ESG, um evento que tem como principal objetivo fomentar a reflexão sobre o papel de cada participante no desenvolvimento de um porto sustentável, além de promover o conhecimento de programas e melhores práticas voltados para a construção e manutenção de uma comunidade portuária sustentável e integrada ao Porto de Santos.

No âmbito social, a Companhia possui diversas iniciativas dentre as quais destacamos o Projeto Porto à Vista que por meio de um Acordo de Cooperação firmado entre a APS, Fundação CENEP, Prefeitura Municipal de Santos (SEPORTE e SEDUC) tem por objetivo a criação e o fortalecimento de laços com a comunidade, visando o resgate das raízes históricas e emocionais entre o Porto e a cidade, a desmistificação da atividade portuária e a retenção de talentos na região.

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação no âmbito da atividade portuária, visando o aprimoramento das operações, sustentabilidade ambiental e fomento econômico, a APS, em 2023, publicou o Termo de Fomento nº 026/2023, que tem por objeto a oferta de 70 bolsas de iniciação e pesquisa científica aplicada na área portuária, com foco nos temas de interesse abaixo relacionados, visando contribuir para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Autoridade Portuária de Santos, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

A APS publicou neste início de 2025, o seu Relatório Integrado referente ao ano de 2024. O documento é a primeira edição que funde os relatórios anual e de sustentabilidade. Este marco representa um importante passo em direção à adoção das melhores práticas de relatórios de mercado, alinhado aos principais *frameworks* internacionais: IIRC, GRI, SASB e IFRS.

Para a elaboração deste Relatório, realizamos uma revisão da priorização dos temas considerados materiais, fundamentada na avaliação de seus impactos na economia, meio ambiente, sociedade e na própria empresa. A matriz de materialidade foi atualizada considerando análise e tratamento de dados coletados (consulta on-line, matérias publicadas e entrevistas com membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além dos titulares das áreas da APS que representam os eixos ESG. Cada tema material foi correlacionado aos eixos e temas do Plano Estratégico 2023-2027, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos Objetivos de Cidades Portuárias Sustentáveis da Associação Internacional de Cidades e Portos (AIVP).

A conexão entre Plano Estratégico, os ODS e os objetivos da AIVP evidencia um alinhamento estratégico com metas globais de sustentabilidade e desenvolvimento e reafirma o compromisso da empresa com objetivos mais amplos de sustentabilidade, bem como posiciona suas atividades dentro de um contexto global e local relevante.

TEMA MATERIAL	EIXO PLANO ESTRATÉGICO	TEMA PLANO ESTRATÉGICO	ODS	OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES E PORTOS
Governança, ética e combate à corrupção	Eficiência e gestão	Governança e integridade		Governança renovada
Saúde e segurança do trabalhador	Eficiência e gestão	Segurança das operações		Saúde e qualidade de vida Investir em capital humano
Contribuição econômica e importância para a cidade	Eficiência e gestão	Governança e integridade		Governança renovada Investir em capital humano
Relação Porto-Cidades e manutenção de diálogo de qualidade com as partes interessadas	Integração Porto-Cidades	Patrimônio histórico-cultural		Governança renovada Cultura e identidade portuária Interface da cidade portuária
Proteção climática e transição energética	Sustentabilidade	Mudanças climáticas		Adaptação às alterações climáticas Transição energética e economia circular
Resiliência da infraestrutura e capacidade de atendimento a novas demandas	Eficiência e gestão	Infraestrutura e utilidades		Adaptação às alterações climáticas Interface da cidade portuária
Excelência no serviço para o cliente	Eficiência e gestão	Governança e integridade		Governança renovada
Diversidade, igualdade e combate à discriminação	Eficiência e gestão	Gente		Investir em capital humano Governança renovada
Desenvolvimento de novos mercados (diversificação)	Expansão portuária	Novos leilões		Transição energética e economia circular Governança renovada
Eficiência e confiabilidade da cadeia de suprimentos	Eficiência e gestão	Logística e operações		Mobilidade sustentável Comida de qualidade para todos
Proteção dos recursos naturais e biodiversidade	Sustentabilidade	Proteção de recursos naturais		Proteção à biodiversidade Adaptação às alterações climáticas

Para a APS, o engajamento com as partes interessadas é de fundamental para o fortalecimento do diálogo e melhoria no processo de tomada de decisões e reputação por meio de relações sólidas e transparentes.

PARTE INTERESSADA	POR QUE ENGAJAMOS?	COMO ENGAJAMOS?	PRINCIPAIS DEMANDAS E PREOCUPAÇÕES
Público interno	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento com objetivos organizacionais Aumento da produtividade e desempenho Melhoria do clima organizacional Melhoria na qualidade do trabalho Promoção à inovação e criatividade Retenção de talentos 	<ul style="list-style-type: none"> Canais de comunicação (Intranet, redes sociais) Eventos internos e externos Programa desenvolvimento de líderes 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição econômica e importância para a cidade Governança, ética e combate à corrupção Práticas para evitar derramamentos e vazamentos Saúde e segurança do trabalhador
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da qualidade de bens e serviços Fortalecimento da marca e seu posicionamento da marca Melhoria na conformidade de leis e normas e redução de riscos Redução de custos operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão do Questionário de Diligência de Terceiros no processo de contratação Realização de treinamentos a empresas cujas contratações foram identificadas como alto risco 	<ul style="list-style-type: none"> Saúde e segurança do trabalhador Gestão de resíduos e efluentes Contribuição econômica e importância para a cidade Governança, ética e combate à corrupção
Arrendatários	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da movimentação de cargas Aumento da receita portuária Desenvolvimento regional impactando positivamente a economia local e regional Aumento na competitividade promovendo a melhoria na qualidade dos serviços e redução de custos Modernização da infraestrutura com investimento em equipamentos e tecnologias mais modernas 	<ul style="list-style-type: none"> Audiências públicas Ações previstas na Portaria 574.2018 do Ministério Supervisor e arrendamentos Realização de auditorias Sistema de Monitoramento de Efluentes Estação de Tratamento de Água (ETA) 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição econômica e importância para a cidade Diversidade, igualdade e combate à discriminação Governança, ética e combate à corrupção Proteção climática e transição energética
Órgãos públicos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a compreensão e influência das normas e requisitos que afetam o setor portuário Estabelecimento de parcerias para pesquisa e desenvolvimento da região Participação em processos de formulação de políticas públicas que podem impactar o setor portuário 	<ul style="list-style-type: none"> Ações do Manifesto ESG do Porto de Santos Integração Porto-Cidades Índices de governança 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição econômica e importância para a cidade Proteção climática e transição energética Proteção dos recursos naturais e biodiversidade Saúde e segurança do trabalhador
Demais instituições e/ou empresas	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias, visando o aproveitamento do conhecimento especializado e a experiência de universidades, ONGs e empresas privadas Colaboração em projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico Fortalecimento da nossa marca e ampliação de impacto positivo na sociedade e meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Ações do Manifesto ESG do Porto de Santos Ações de Inovação Patrocínios 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição econômica e importância para a cidade Governança, ética e combate à corrupção Saúde e segurança do trabalhador Proteção climática e transição energética
Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do nosso objeto social atuando na economia com a finalidade de atender o interesse coletivo Apoiando iniciativas socioambientais nas comunidades locais, com o entendimento das suas necessidades e dos impactos que geramos Geração de benefícios para a sociedade, com o estabelecimento de canais de diálogo, promovendo a participação e troca de informações 	<ul style="list-style-type: none"> Ações da Ouvidoria Outras ações apresentadas no Relatório Integrado 	<ul style="list-style-type: none"> Governança, ética e combate à corrupção Contribuição econômica e importância para a cidade Desenvolvimento de novos mercados (diversificação) Proteção climática e transição energética

Para saber mais acesse:



O investimento nessa aproximação possibilita um ambiente de confiança e colaboração, essencial para o desenvolvimento de estratégias e ações de relacionamento e comunicação.

Os resultados do Plano Estratégico 2023-2027 são monitorados através dos indicadores estabelecidos no Plano.

Para saber mais acesse:



RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE A ESTRATÉGIA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	POLARIDADE	RESULTADO 2024
EXPANSÃO PORTUÁRIA				
Utilização da capacidade instalada	Movimentação física no período	Mt	↑	92,92%
Market share nacional - valor FOB	Representatividade do Porto de Santos no comércio exterior do Brasil	Percentual	↑	29,07%
Market share nacional - carga containerizada	Representatividade do Porto de Santos nas operações com contêineres no Brasil	Percentual	↑	35,50%
EFICIÊNCIA E GESTÃO				
Disponibilidade de vagas para caminhões	Número de vagas para estacionamento de caminhões	caminhões	●	2.080,00
Modal split (share rodoviário)	Avaliação do percentual de cargas que chega ao Porto através de cada um dos modais de transportes.	Percentual	●	62,79%
Modal split (share ferroviário)	Avaliação do percentual de cargas que chega ao Porto através de cada um dos modais de transportes.	Percentual	●	26,43%
Modal split (share transbordo)	Avaliação do percentual de cargas que chega ao Porto através de cada um dos modais de transportes.	Percentual	●	6,85%
Modal split (share dutoviário)	Avaliação do percentual de cargas que chega ao Porto através de cada um dos modais de transportes.	Percentual	●	3,94%
Nível de serviço de manutenção	Coefficiente de atendimento das Solicitações de Serviços de Engenharia	Percentual	↑	94,24%
IGovTI	Nível de maturidade em Governança de TI, a luz dos critérios do TCU	Percentual	↑	77,40%
Índice de serviços públicos digitalizados	Número de serviços públicos digitalizados	serviços	↑	38,00%
IGovPessoas	Nível de maturidade em Gestão de Pessoas, a luz dos critérios do TCU	Percentual	↑	90,90%
Horas de T&D	Total de horas de treinamento oferecidas pela empresa e por iniciativa própria do empregado	horas	↑	81.772
Favorabilidade do clima organizacional	Média final da Pesquisa de Clima Organizacional	avaliações	↑	50,00
Horas de treinamento/funcionário	Proporção das horas acumuladas de capacitação efetuadas e o total efetivo de empregados, no mês corrente	horas/empregados	↑	100,70
% de mulheres em cargos de representatividade	Proporção da concentração feminina em cargos de representatividade, comparada a demografia feminina na Companhia	Percentual	↑	12,07%
% de negros em cargos de representatividade	Proporção da concentração de negros em cargos de representatividade, comparada a demografia negra na Companhia	Percentual	↑	6,90%
% de unidades/líderes participantes em ações de DEI	Engajamento da liderança nas questões de DEI.	Percentual	↑	29,89%
IGovPública	Nível de maturidade em Governança Pública, a luz dos critérios do TCU	Percentual	↑	84,30%
IG-Sest	Nível de maturidade em Governança Corporativa, a luz dos critérios da SEST-ME	Nota de 0 a 10	↑	Não houve
IGAP	Nível de maturidade em Gestão Portuária, a luz dos critérios da Portaria 574/18	Nota de 0 a 10	↑	8,5
FVS – Fator de vulnerabilidade do sistema	Vulnerabilidade a partir da metodologia de análise de riscos com ênfase na segurança portuária – ARESP.	Percentual	↑	24,33 %
Índice de Registro de Atendimentos	Medir o percentual de RO em relação a quantidade total de atendimentos	Percentual	↓	15,06%
Índice Médio de Tempo Resposta ao Atendimento	Somatório de intervalos entre o tempo real do atendimento e instante da solicitação	Minutos	↓	5
Taxa de ocupação de berço	Proporção entre o tempo de atracação medido e o tempo total disponível, no mês corrente.	Percentual	Ideal tender a 70%	60,10%
SUSTENTABILIDADE				
IDA	Resultado IDA	Percentual	↓	IDA 2023: 96,32
INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADES				
Índice de favorabilidade de mídia	Número de notícias favoráveis e neutras	Percentual	↑	87,00%
INOVAÇÃO				
% de Conversão de demandas de parceria	Acordos de Cooperação assinados durante o ano, objetos da NAP, GEPL0, PPO.002 - Nap da Inovação	Percentual	↑	100,00%
% de uso das bolsas de estudo	Medir o número de bolsas utilizadas pelo número total de bolsas disponíveis estabelecidas no Termo de fomento nº 026/2023.	Percentual	↑	51,43%

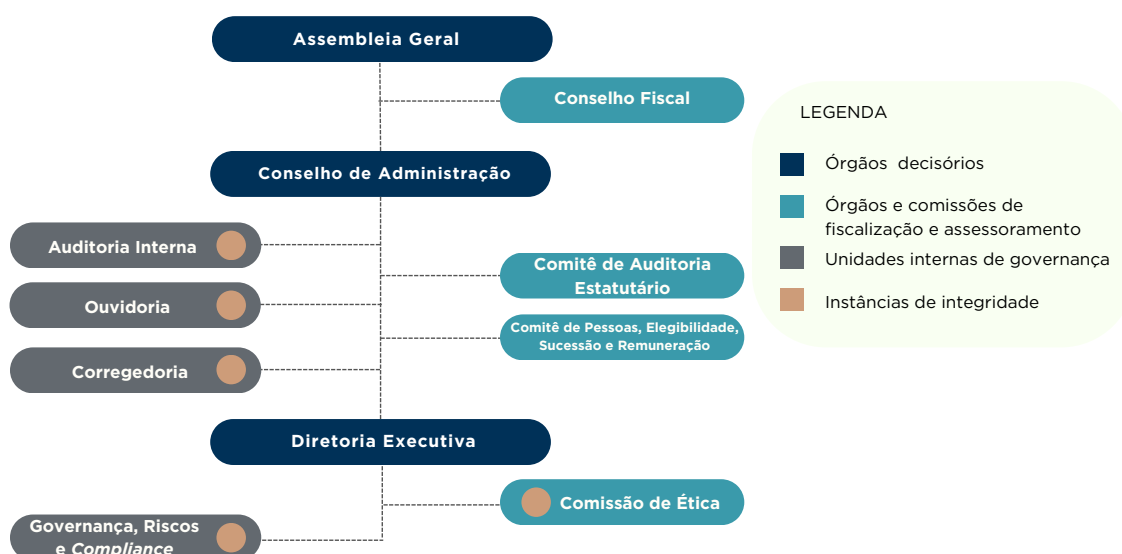
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS) é uma empresa pública, cujo acionista controlador é a União. A empresa é organizada como uma sociedade por ações de capital fechado.



As práticas de governança da APS são realizadas por estruturas administrativas compostas por instâncias internas de modo que os resultados esperados pelas partes relacionadas sejam alcançados de forma legítima.



As informações sobre cada órgão, bem como estrutura e atas de reuniões encontram-se disponibilizadas no site do Porto de Santos (<https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/>).

· **Órgãos decisórios:** responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da APS, além de monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

· **Órgãos e comissões de fiscalização e assessoramento:** são responsáveis por apoiar a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva em suas atribuições e na fiscalização e controle para o melhor andamento da Companhia.

· **Unidades internas de governança:** realizam a comunicação entre as partes interessadas internas e externas à APS, além de avaliações que monitoram riscos e controle internos, comunicando quaisquer disfunções ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

· **Instâncias de integridade:** estruturas que possuem como objetivo principal promover, monitorar e garantir a integridade institucional e desempenhar um papel crucial na prevenção, detecção, punição e remediação de atos de corrupção, fraudes e desvios éticos, além de promover a transparência e a conformidade com normas éticas e legais.

A Companhia tem por objeto social, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado de Santos, sob sua administração e responsabilidade, e demais instalações portuárias no Estado de São Paulo que lhe forem incorporadas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Poder Concedente, exercido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, ao qual se vincula.

A Autoridade Portuária de Santos é responsável pela arrecadação das tarifas no Porto de Santos, com o objetivo de garantir a remuneração do capital, promover melhorias e expansão dos serviços, e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. As tarifas portuárias estão organizadas em tabelas específicas para cada tipo de serviço prestado pela APS aos armadores, operadores portuários e outros requisitantes.

TABELA I	INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO
----------	-------------------------------------

As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acesso aquaviário, isto é:

- 1.As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013;
- 2.Profundidades adequadas às embarcações no canal de acesso, nas bacias de evolução e junto às instalações de acostagem;
- 3.Balizamento e a sinalização do canal de acesso, desde o seu início até as instalações de acostagem;
- 4.Áreas de fundeio; e
- 5.Demais requisitos da infraestrutura quanto à prevenção de riscos operacionais e ambientais, incluindo gestão e combate às emergências.

TABELA II	INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM
-----------	--------------------------

As tarifas desta Tabela remuneram a utilização da infraestrutura de acostagem, isto é:

- 1.As obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013;
- 2.Cais, píeres e pontes de atracação que permitam a execução segura da movimentação de cargas, de tripulantes e de passageiros;
- 3.Instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias

TABELA III	INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE
------------	---

As tarifas desta tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre, por ela mantida, que os operadores portuários ou requisitantes encontram para acesso e execução de suas operações no porto, incluindo:

- 1.Obrigações da Administração Portuária definidas nos artigos 17 e 18 da Lei nº 12.815, de 2013;
- 2.Arruamento;
- 3.Pavimentação;
- 4.Sinalização e iluminação;
- 5.Acessos rodoviários ou ferroviários, quando construídas ou mantidas pela Administração Portuária;
- 6.Dutos e instalações de combate a incêndio;
- 7.Redes de água;
- 8.Esgoto;
- 9.Despesas com Energia Elétrica e Telecomunicação;
- 10.Instalações sanitárias;
- 11.Áreas de estacionamento;
- 12.Sistema de proteção ao meio ambiente e de segurança do trabalho;
- 13.Vigilância das dependências portuárias.

TABELA IV	MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
NÃO SE APLICA	
TABELA IV	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM
NÃO SE APLICA	
TABELA VI	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
NÃO SE APLICA	
TABELA VII	DIVERSOS PADRONIZADOS
<p>As tarifas desta tabela remuneram os atendimentos prestados pela Administração do Porto no fornecimento de água e de energia elétrica, na atracação, desatracação e deslocamento das embarcações ao longo do local de acostagem e, ainda, quaisquer préstimos de natureza diversa ou não enquadrados nas tabelas anteriores.</p>	
TABELA VIII	USO TEMPORÁRIO E ARRENDAMENTO REALIZADO COM BASE EM ESTUDOS SIMPLIFICADOS
<p>As tarifas desta tabela remuneram o uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas em contratos de uso temporário e arrendamentos realizados com base em estudos simplificados individualizados para cada área e tipo de carga.</p>	
TABELA IX	COMPLEMENTARES
-	

3.2. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO

3.2.1 Dados econômico-financeiros

O excelente desempenho na movimentação de cargas, aliado à continuidade das ações de austeridade e racionalização de gastos, permitiram um crescimento de mais de 18,9% no lucro líquido que passou de R\$ 650,7 milhões, em 2023, para R\$ 844,6 milhões, em 2024.

Movimentação de cargas: No acumulado de 2024, o Porto de Santos atingiu a marca de 179,8 milhões de toneladas movimentadas, tendo um aumento de 3,8% em relação ao resultado do mesmo período do ano passado (173,3 milhões t). Os embarques atingiram 131,3 milhões t, desempenho 1,0% superior ao observado em 2023 (130,0 milhões t). Já os desembarques atingiram 48,5 milhões t, aumentando em 12,1% o movimento de 2023 (43,3 milhões t).

Receita: Na avaliação do desempenho geral da receita houve expressivo crescimento de 5,2%. As receitas tarifárias, diante da revisão de modelo implementado em 2022, contribuíram significativamente para a saúde financeira da Companhia. A arrecadação tarifária alcançou o patamar de R\$ 916,1 milhões. Com relação à receita patrimonial, houve incremento da ordem de 14,0%, em decorrência dos novos contratos de arrendamentos, a otimização na exploração das áreas portuárias, bem como os reajustes contratualmente previstos.

Custos operacionais: Os custos operacionais totais aumentaram em 13,7% em relação ao ano anterior bem como os custos recorrentes (excluindo eventos extraordinários). O principal fator que contribuiu para o acréscimo foi o maior volume de despesas de dragagem de manutenção, com majoração de 60,4%.

Despesas gerais e administrativas: O total de despesas gerais e administrativas demonstrou aumento de 37,2% em 2024. No cotejo das despesas recorrentes, excluindo eventos extraordinários, houve um aumento de 14,3% nas despesas, onde podemos destacar as rubricas de Treinamento de Pessoal (236,8%), Feiras e Exposições (211,9%) e Diárias e Passagens Aéreas (156,7%). A Companhia tem priorizado investimentos com desenvolvimento de seu quadro de colaboradores, bem como participação nos principais eventos do setor, com o fito de fortalecer a marca.

Ebitda ajustado: O Ebitda ajustado de 2024 refletiu o bom desempenho na receita e os ganhos de eficiência que mantiveram os custos e despesas sob controle, alcançando novo recorde de R\$ 941,3 milhões (57,2% de margem). Para efeito de mensuração do Ebitda ajustado, foram excluídos, principalmente, os impactos não recorrentes relacionados com resultados de leilões de sucata, rescisões e provisões extraordinárias, além de receitas extraordinárias recebidas por fatos geradores de anos anteriores.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido demonstrou melhora significativa, sendo que o resultado de 2024 foi equivalente a R\$ 241,9 milhões de receitas financeiras líquidas, contra um valor de R\$ 228,5 milhões registrado em 2023. A receita financeira foi fortemente favorecida pela maior posição de caixa ao longo do ano e pelo aumento das taxas de juros que se refletiram em expressivo crescimento no rendimento das aplicações financeiras.

As Informações Trimestrais (ITR) contendo as demonstrações financeiras, contábeis, pareceres da auditoria externa e notas explicativas encontram-se disponibilizadas no site do Porto de Santos <https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/>

3.2.2 FATORES DE RISCO

O modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos estão alinhados com a Política de Gestão de Riscos vigente, aprovada na 652ª reunião do Conselho de Administração, através da deliberação nº 16.2023, de 19 de janeiro de 2023, esta Política de Gestão de Riscos e Controles Internos tem por finalidade estabelecer a estrutura e o processo de governança corporativa dos riscos, os princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a gestão de riscos e controles internos de forma integrada.

A Autoridade Portuária de Santos acredita na gestão de riscos proativa envolvendo toda a organização como ferramenta na busca do alcance dos seus objetivos. Conforme definido em sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia estrutura os papéis e as responsabilidades de acordo com o Modelo das Três Linhas, proposto pelo Institute of Internal Auditors.



Fonte: Modelo das três linhas do IIA 2020.

A 1ª linha de Defesa é formada pelas Unidades Organizacionais, que atuam nas operações da Companhia. Essas unidades são responsáveis pela identificação de riscos dentro dos processos em que atuam e pela operacionalização dos controles internos, monitoramento e implementação de ações preventivas e corretivas para mitigação dos riscos.

A 2ª linha de Defesa está estruturada pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, composta pelas Gerências de Planejamento Estratégico e Governança, Compliance, Secretaria de Governança Corporativa e Supervisão de Riscos e Controles Internos.

Esta estrutura tem a função de apoiar a primeira linha de defesa na construção de diretrizes e metodologia para gestão e mitigação dos riscos, assim como de disseminar o conhecimento e cultura de Riscos, Controles Internos e Compliance na Companhia.

A 3ª linha de defesa é realizada pela Superintendência de Auditoria, cuja responsabilidade é avaliar de forma sistemática o processo de gerenciamento de riscos na Companhia, com atuação de forma independente nos processos de medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da Companhia, além de recomendar melhorias quando necessário.

Como forma de operacionalizar as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia apresenta dois normativos internos detalhando as atividades referentes a gestão de riscos de processos e gestão de riscos corporativos.

Também fazem parte do ambiente de controle e governança da Autoridade Portuária de Santos, os seguintes normativos:

- Estatuto Social;
- Código de Ética;
- Manual de Conduta e Integridade;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Competências e Alçadas Decisórias dos Administradores;
- Política de Divulgação de Informações relevantes;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de Integridade;
- Política de Porta-Vozes;
- Política de Seleção dos Titulares das Unidades Internas de Governança;
- Política de Indicação e Sucessão dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários;
- Regimento Interno da Autoridade Portuária de Santos;
- Regulamento Interno de pessoal;
- Política de Comunicação Corporativa Externa;
- Regulamento anti corrupção;
- Plano de Dispêndios Globais; e
- Relatório Anual de Auditoria Interna.

A Companhia tem contratado serviços de auditoria independente para avaliar a consistência das demonstrações contábeis trimestrais e anuais, as quais são dadas publicidade por meio do sítio eletrônico e para as informações anuais em jornal de grande circulação na região.

Em conformidade com as normas brasileiras de auditoria, os auditores independentes avaliam a adequação das políticas contábeis e dos controles internos relevantes, referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e emissão de parecer. Com o objetivo de assegurar a independência dos auditores independentes, eles não prestam serviços além daqueles relacionados à avaliação das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis também passam por avaliação dos órgãos estatutários, ou seja, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselhos Fiscal e de Administração.

Reforçando as melhores práticas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis, o Comitê de Auditoria Estatutário assessora o Conselho de Administração, no exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, manifestando-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis.

Mapeamento dos riscos

Por meio dos trabalhos de mapeamento dos riscos corporativos, foram identificados e classificados os principais riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais e a continuidade das atividades da Companhia:

- **Risco de Governança e Cultura Empresarial**

O Risco de Governança e Cultura Empresarial abrange fatores que podem impactar a eficiência, a ética e a coerência organizacional da Autoridade Portuária de Santos em relação à sua missão, visão e valores. Aspectos como interferência externa, desalinhamento da cultura organizacional, estruturas de liderança inadequadas, falhas nos processos decisórios, vacância em cargos estratégicos, perda de conhecimento e paralisações podem comprometer a transparência, a responsabilidade e a capacidade da empresa de alcançar seus objetivos estratégicos, além de afetar sua reputação junto aos stakeholders.

- **Risco de Integridade**

O Risco de Integridade na Autoridade Portuária de Santos refere-se à exposição da empresa, enquanto estatal, a práticas que possam comprometer seus valores, a legalidade, a transparência e a conformidade de suas atividades. Esse risco pode manifestar-se por meio de condutas antiéticas, corrupção, fraudes ou violações de conformidade, gerando impactos negativos na reputação da Companhia, na confiança da sociedade, na eficiência da gestão de seus recursos e no cumprimento de sua missão institucional.

- **Risco de imagem negativa**

O Risco de Imagem Negativa está associado à possibilidade de danos à reputação e à percepção pública de uma organização. Esse risco pode ser desencadeado por diversos fatores, como incidentes ambientais, falhas operacionais, escândalos éticos ou uma gestão inadequada de crises. Tais situações resultam em impactos diretos na viabilidade das operações, comprometendo a competitividade da organização e dificultando o estabelecimento de novas relações comerciais.

- **Risco de gestão de contratos e arrendamentos**

O Risco de Gestão de Contratos e Arrendamentos refere-se aos desafios e vulnerabilidades associados à administração, fiscalização e cumprimento dos contratos de arrendamento portuário. Esse risco abrange fatores que podem impactar a eficiência operacional, a receita da Autoridade Portuária e a capacidade de atrair e manter investimentos. Uma gestão inadequada desses contratos pode resultar em perdas financeiras, conflitos com arrendatários, descumprimento de obrigações contratuais e prejuízos à reputação da empresa.

- **Risco de interrupção de acessos**

O Risco de Interrupção de Serviços Prestados abrange situações que podem comprometer a continuidade e a eficiência das operações da Autoridade Portuária de Santos. Diversos fatores podem afetar o fornecimento de serviços essenciais, impactando a funcionalidade, a segurança e a execução das atividades portuárias. Questões estruturais, falhas em sistemas de abastecimento e fornecimento, além de dificuldades na gestão de contratos e na execução de serviços, podem gerar impactos negativos no desempenho operacional.

- **Risco de catástrofes naturais**

O Risco de Catástrofes Naturais no contexto portuário abrange a vulnerabilidade das instalações e operações a eventos naturais extremos, como tempestades severas, vendavais, inundações e aumento do nível do mar. Estes eventos podem ocasionar danos significativos à infraestrutura portuária, incluindo quebra de equipamentos, destruição de estruturas e comprometer a acessibilidade ao porto, resultando em interrupções operacionais prolongadas. Além disso, tais catástrofes podem acarretar perdas financeiras substanciais, afetar a segurança de funcionários, clientes e usuários e provocar impactos ambientais negativos.

- **Risco de contaminação de meio ambiente**

O Risco de Contaminação do Meio Ambiente refere-se à possibilidade de ocasionar danos ambientais significativos em decorrência das operações portuárias. Os impactos podem incluir derramamentos de óleo, liberação de substâncias tóxicas, poluição do ar, solo e água, além de efeitos adversos sobre a biodiversidade local.

Além das consequências ambientais diretas, essa situação pode resultar em penalidades legais, multas e danos consideráveis à reputação da empresa.

• **Risco econômico-financeiro**

O Risco Econômico-Financeiro na Autoridade Portuária engloba uma série de desafios que podem impactar a sua sustentabilidade econômica. Entre os principais fatores de vulnerabilidade econômico-financeiro estão as flutuações nas taxas de câmbio e juros, as variações na demanda por serviços portuários, os desafios relacionados às demonstrações financeiras aderentes às normas contábeis e à gestão de investimentos e ativos, entre outros, como a inadimplência de clientes que representam um desafio significativo, exigindo estratégias eficazes de cobrança e análise de crédito. No âmbito das áreas de Controladoria e Orçamento, destacam-se riscos associados à falta de dotação orçamentária no momento da tramitação de processos. A ausência de recursos alocados pode inviabilizar compras essenciais, comprometendo operações. Outro ponto crítico é a execução acima do limite orçamentário, o que pode levar à extrapolação do Orçamento de Investimentos.

• **Risco de gestão de bens de serviços**

O Risco de Gestão de Bens e Serviços refere-se aos desafios associados à aquisição, manutenção, gestão e supervisão de bens e serviços necessários para o funcionamento das operações portuárias. Engloba riscos relacionados à seleção inadequada de fornecedores, qualidade insatisfatória de materiais ou serviços, falhas na gestão de contratos, atrasos no fornecimento, falta de conformidade com requisitos legais ou regulatórios e problemas na logística de armazenamento e distribuição. Além disso, abrange impactos financeiros, operacionais e reputacionais que podem surgir de práticas ineficientes ou não alinhadas aos objetivos estratégicos do porto.

• **Risco de segurança das informações**

O Risco de Segurança das Informações envolve situações que comprometem a confiabilidade dos dados e sistemas críticos da empresa, incluindo perda, destruição, uso indevido ou acesso não autorizado a informações, inclusive pessoais. Abrange incidentes cibernéticos, vazamentos de dados e exploração de vulnerabilidades em infraestrutura de TI, podendo afetar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações essenciais para as operações portuárias.

• **Risco de gestão e inovação**

O Risco de Gestão e Inovação relaciona-se aos desafios de manter-se atualizado com as inovações tecnológicas e operacionais no setor portuário. Inclui riscos associados à implementação de novas tecnologias, como automação e sistemas de gestão digital, bem como a possibilidade de ficar para trás em relação a concorrentes mais inovadores, afetando a eficiência e competitividade do porto.

- **Risco de segurança e saúde nas operações**

O Risco de Segurança e Saúde nas Operações envolve a possibilidade de acidentes, lesões ou problemas de saúde afetando funcionários, contratados ou visitantes nas instalações portuárias durante a movimentação de cargas pesadas, manuseio de materiais perigosos, trabalho em altura e outras atividades de alto risco inerentes às operações portuárias e inclusive a possibilidade de transmissão de doenças no ambiente portuário. Gerenciar esses riscos é crucial para a proteção da integridade física das equipes envolvidas e para evitar interrupções operacionais e responsabilidades legais.

- **Risco de regulação e legislação**

O Risco de Regulação e Legislação é uma realidade intrínseca ao setor portuário. Mudanças nas leis, regulamentos e políticas, principalmente aquelas relacionadas a contratos de exploração e prestação de serviços, podem afetar diretamente a viabilidade econômica e operacional de um Porto Organizado. Esses fatores demandam monitoramento constante e a implementação de estratégias eficazes para a mitigação de riscos.

3.2.3 COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

No ano de 2024, a Autoridade Portuária de Santos (APS) alcançou resultados notáveis, consolidando a importância estratégica do Porto de Santos para a economia brasileira. A APS registrou um recorde histórico na movimentação de cargas, atingindo 179,8 milhões de toneladas, um aumento de 3,8% em relação a 2023. A movimentação de contêineres teve um aumento de 14,7%, atingindo 5,4 milhões de TEUs, e os granéis sólidos também tiveram um desempenho notável, impulsionado pelo crescimento de 17,8% no volume de açúcar exportado.

Para consecução das políticas públicas e alinhada à missão de prover infraestrutura eficiente, a APS intensificou suas ações, tanto na esfera da infraestrutura portuária e de utilidades, quanto em relação a equipamentos públicos, para atender a níveis de utilização com qualidade, segurança e otimização de custos.

A APS avançou na governança e no planejamento estratégico, encaminhando ao Ministério de Portos e Aeroportos a proposta de ampliação da área do Porto Organizado, com a incorporação de 12,6 milhões de m² em quatro municípios.

Outro avanço foi o projeto do túnel que ligará Santos ao Guarujá, uma obra estratégica para a região da Baixada Santista. Em 2024 foram realizadas três audiências públicas para aprimorar o projeto, discutindo impactos sociais, operacionais e ambientais, para realizar a licitação em 2025.

Em 2024, a Companhia fortaleceu ainda mais a relação Porto-Cidades. Em julho, foi entregue a primeira fase do Parque Valongo, um marco significativo que simboliza a revitalização da área mais antiga do Porto. O espaço está agora aberto ao público, oferecendo opções de lazer, cultura e entretenimento. Em breve, também passará a abrigar iniciativas voltadas à formação profissional.

No âmbito dos recursos humanos, a Companhia promoveu um concurso público com mais de 25 mil inscritos, com a oferta de 242 vagas, visando reforçar a equipe e assegurar a excelência na gestão portuária.

Em termos de sustentabilidade e transparência, a Companhia recebeu o Selo Ouro do Programa Nacional de Transparência Pública e figurou entre as 5 principais empresas do setor de serviços no pilar ESG/Governança no Anuário Época Negócios 2024.

Outro destaque foi a implementação de descontos nas tarifas portuárias com base em indicadores de eficiência e sustentabilidade.

A APS também avançou na descarbonização do Porto de Santos com a implantação do sistema Onshore Power Supply para rebocadores e iniciou o processo de contratação do sistema de gerenciamento de tráfego de navios (VTMIS).

As principais ações da Companhia no ano de 2024 foram alinhadas aos eixos estratégicos delineados em seu Plano Estratégico e estão detalhadas no Relatório Integrado 2024.

O Relatório Integrado, bem como as demonstrações financeiras e o Relatório de Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo, estão disponíveis para acesso no site do Porto de Santos.

DOCUMENTO	LINK DE ACESSO NO SITE DO PORTO DE SANTOS
Relatório Integrado 2024	https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/relatorios-anuais/
Demonstrações Financeiras	https://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/visao-geral-financeiro/?pagina=informacoes-financeiras/central-de-resultados/
Conclusões do Conselho de Administração do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo	https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/

3.3. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros dos órgãos estatutários é fixada anualmente em Assembleia Geral, para o período de 12 meses, correspondendo ao período de abril a março para apuração e pagamento.

Para o período de abril/24 a março/25 foi aprovado o montante de R\$ 6.604.791,55 (seis milhões, seiscentos e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos), correspondendo à remuneração máxima dos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Especificamente aos diretores, a remuneração é composta pelo honorário fixo, honorário variável mensal (HVM), remuneração variável anual (RVA), gratificação natalina e de férias, auxílio-moradia, auxílio alimentação, plano de saúde, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração variável dos diretores é definida por meio do Honorário Variável Mensal (HVM), medido trimestralmente, com o objetivo de alinhar os resultados aos objetivos e metas estabelecidos pela Secretaria Nacional de Portos (SNP) e pelo Conselho de Administração.

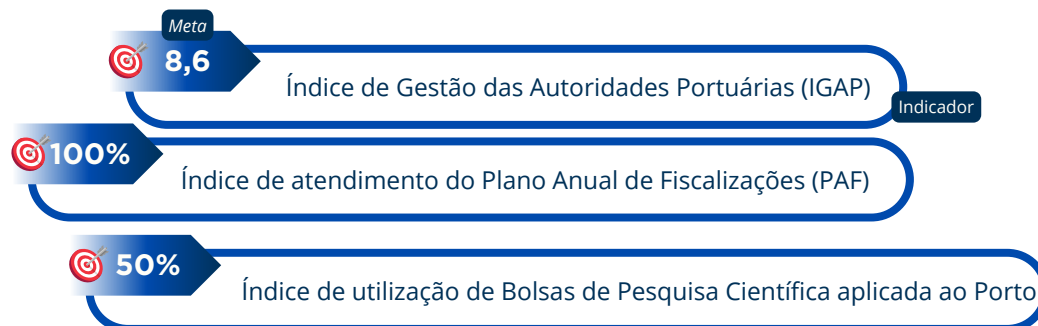
O programa de Honorário Variável Mensal (HVM), regulamentado pela Portaria nº 172, de 16 de maio de 2023 do Ministério de Portos e Aeroportos, é um mecanismo de estímulo aos membros da Diretoria Executiva para alcançar metas de gestão desafiadoras vinculadas ao planejamento estratégico, de forma a promover melhoria das práticas de gestão que possibilite ampliar níveis de concorrência, competitividade, eficácia e eficiência das empresas estatais federais responsáveis pela gestão dos portos.

Em 2024, a Diretoria Executiva atingiu 100% no cumprimento das metas de gestão do HVM nos três primeiros trimestres do ano, e 96,4% no último trimestre, refletindo o empenho contínuo no cumprimento das metas estabelecidas.

Cumprimento de metas HVM	2022	2023	2024
1º trimestre	100%	100%	100%
2º trimestre	100%	100%	100%
3º trimestre	100%	100%	100%
4º trimestre	100%	95%	96,4%

Outro componente relacionado à parcela variável dos diretores é o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), que tem como objetivo vincular parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na Companhia e a execução das políticas públicas. O programa do RVA somente tem validade após aprovação do Conselho de Administração da APS, do Ministério de Portos e Aeroportos e da Sest.

No programa RVA 2024, a Companhia incorporou os seguintes indicadores e metas na dimensão de políticas públicas:



O Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), foi criado pela Portaria nº 574/2018 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), e trata-se de um indicador que avalia a gestão dos portos públicos brasileiros. Ele é composto por 15 métricas, que incluem a governança, a transparência, a capacidade de investimento e a gestão ambiental. O Índice é um balizador da gestão portuária dos portos públicos brasileiros, sendo um dos critérios de avaliação do Prêmio Portos + Brasil, promovido pelo MPor.

Nos últimos anos a APS obteve a pontuação de 8,5 que demonstra um desempenho consistente e sólido, destacando sua capacidade de manter altos padrões de gestão.

No Índice de atendimento do Plano Anual de Fiscalização, em 2024 a Companhia obteve cumprimento de 100%. Os principais desafios desse indicador encontram-se na necessidade de organização e execução eficientes da fiscalização conjunta de todas as equipes envolvidas.

No que tange ao Índice de utilização de Bolsas de Pesquisa Científica aplicada ao Porto a APS conseguiu atingir a meta estabelecida apesar dos desafios envolvidos em virtude do caráter inovador da iniciativa tanto para a Companhia quanto para a região.

O resultado do programa RVA 2024 encontra-se disponível no site do Porto de Santos (<https://www.portodesantos.com.br/santos-port-authority/governanca-corporativa/conselhos-e-orgaos-colegiados/>).

Para 2025, a APS apresentou a proposta do programa RVA, atribuindo 50% do peso dos indicadores à dimensão de Políticas Públicas. Os indicadores selecionados, de forma integrada, têm como objetivo concentrar os esforços da Companhia no cumprimento das políticas públicas estabelecidas, promovendo alinhamento estratégico e resultados efetivos.

A Companhia possui uma Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários, que define princípios e diretrizes sobre a remuneração, formas de aferição e pagamento. Esse instrumento visa incentivar a melhoria da performance, o alcance dos objetivos estratégicos e a sustentabilidade dos resultados da APS.

As informações sobre a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais, bem como a Política de Remuneração, estão disponíveis no site do Porto de Santos: [Transparência](#) e [Governança Corporativa](#).

3.4. INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL

Este procedimento adotado na Companhia tem como objetivo realizar uma avaliação prévia, antes da tomada de decisão pelos administradores, para verificar a conformidade e suficiência documental dos processos administrativos de contratação realizados pela APS. Esta análise é conduzida em conformidade com as normas internas e externas aplicáveis às respectivas contratações da empresa. A finalidade primordial desse procedimento é conferir maior segurança ao processo decisório, concentrando-se na mitigação dos riscos de não conformidade decorrentes de eventual instrução documental inadequada.

3.4.2. DILIGÊNCIA DE INTEGRIDADE PARA TERCEIROS EM CONTRATAÇÕES E RELACIONAMENTOS

Este procedimento, conduzido pela Gerência de *Compliance*, tem como propósito aprofundar o conhecimento sobre os antecedentes de pessoas físicas e jurídicas que buscam estabelecer qualquer tipo de relação com a Autoridade Portuária de Santos. O resultado desta análise pode culminar em recomendações para a adoção de medidas que visam mitigar potenciais riscos de integridade identificados.

A implementação de um Manual de Diligência de Integridade para Terceiros nas Contratações e Relacionamentos representou um avanço significativo no fortalecimento do Programa de Integridade da empresa, já que inclui o procedimento como uma etapa necessária para habilitação das empresas que pretendem fornecer bens e serviços à APS.

O Manual tem como objetivo:

- Definir critérios para seleção dos contratos que deverão passar por diligência de terceiros;
- Estabelecer os procedimentos necessários para avaliação de integridade de terceiros contratados, mediante aplicação do “Questionário de Diligência” de Terceiros da Autoridade Portuária de Santos;
- Definir as métricas de classificação do nível de risco de integridade dos terceiros contratados; e
- Estabelecer as ações de resposta e monitoramento a serem realizadas, de acordo com a classificação do risco de integridade detectado.

3.4.3. MANUAL DE UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Companhia estabeleceu um normativo para orientar seus empregados no uso de IAs generativas amplamente conhecidas, assim como no desenvolvimento de soluções específicas para problemas, por meio de ferramentas baseadas em IA.

3.4.4. RELATÓRIO INTEGRADO 2024

Em 2025 a APS publicou a primeira edição do Relatório Integrado da APS, fruto da fusão dos antigos relatórios anual e de sustentabilidade. Este marco representa um importante passo em direção à adoção das melhores práticas de relato integrado, alinhado com os frameworks internacionais do IIRC, GRI, SASB e IFRS.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos S.A. declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Governança Corporativa e Políticas Públicas, referente ao exercício de 2024, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

PRESIDENTE

Carlos Henrique Martins de Lima

CONSELHEIROS

Cassandra Maroni Nunes

Fabio Lavor Teixeira

Thiago Benito Robles

Sidney Antonio Verde

Vitor Camargo de Rosis

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 29/05/2025

Dados do Documento

Tipo de Documento Carta
Referência Contrato Carta Anual de Governança -APOS CONSAD
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 29/05/2025
Validade 29/05/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento 67F4A76B522CF4FB977044B9A1345B00AD2629EF0D8583EE41CA223DFD49482C

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Conselheiro		
Relacionamento	44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos		
Representante	CPF		
Thiago Benito Robles	261.100.148-00		
Ação:	Assinado em 29/05/2025 11:37:33 - Forma de assinatura: Token	IP:	2804:18:1072:cfc:39f6:f32:da9e:3ecc
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_5 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/18.5 Mobile/15E148 Safari/604.1		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Rápido		
Representante	CPF		
Sidney Antonio Verde	038.454.918-76		
Ação:	Assinado em 29/05/2025 11:40:50 - Forma de assinatura: Token	IP:	177.104.129.254
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Mobile Safari/537.36		
Localização	Latitude: -23.9566255/ Longitude: -46.310099		
Tipo de Acesso	Rápido		
Representante	CPF		
Fabio Lavor Teixeira	560.120.043-20		
Ação:	Assinado em 29/05/2025 11:51:33 - Forma de assinatura: Token	IP:	200.198.212.162
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Rápido		
Representante	CPF		
Cassandra Maroni Nunes	076.412.088-35		
Ação:	Assinado em 29/05/2025 11:39:40 - Forma de assinatura: Usuário + Senha	IP:	177.104.129.254
Info.Navegador	App/4 CFNetwork/3826.500.131 Darwin/24.5.0		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

Representante		CPF
Vitor Camargo De Rosis		384.017.058-35
Ação:	Assinado em 29/05/2025 11:54:03 - Forma de assinatura: Token	IP: 177.104.129.250
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/136.0.0.0 Safari/537.36 Edg/136.0.0.0	
Localização	Latitude: -23.956777213729485/ Longitude: -46.30970507713711	
Tipo de Acesso	Rápido	

Papel (parte) Presidente
Relacionamento 44.837.524/0001-07 - Autoridade Portuária de Santos

Representante		CPF
Carlos Henrique Martins de Lima		247.882.258-08
Ação:	Assinado em 29/05/2025 12:03:12 - Forma de assinatura: Token	IP: 2804:214:868a:be28:b2:6b81:c551:e002
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_5_0 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) EdgiOS/136.0.3240.91 Version/18.0 Mobile/15E148 Safari/604.1	
Localização	Não Informada	
Tipo de Acesso	Rápido	

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **R3NCG-TU9C6-FLQMA-T1UHI**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-Qualisign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.